

AUDITÓRIO

As cores do corpo: Reflexões com base em dinâmicas trans¹

Ângela Vila-Real²

1

Artigo submetido em setembro de 2023 e aceite para publicação em novembro de 2023.

1

Membro Associado da Sociedade Portuguesa de Psicanálise e da Associação Psicanalítica Internacional. Fundadora da Associação IA – Identidade e Afectos. *E-mail:* angelavila-real@sapo.pt.

RESUMO

A autora relaciona o papel do corpo na organização e coesão identitária com base na dinâmica e na subjectividade de três tipos de casos em que se colocam questões de género ou de adequação do *self*: indivíduos que pretendem mudar de sexo; indivíduos que, não se identificando com o género atribuído, não pretendem mudar de sexo; e indivíduos que, tendo sofrido de doença grave precoce, procuram desvalorizar o corpo. São abordadas algumas formas de compreender a relação entre o corpo e o género e colocadas algumas questões referentes à fluidez de género.

PALAVRAS-CHAVE

Corpo
Género
Trans

INTRODUÇÃO

O corpo é colocado no primeiro plano pelas novas organizações trans, o que nos leva a repensá-lo quanto ao seu papel na dinâmica interna e na nossa vida de relação, agora que é possível olhá-lo à luz de novas configurações identitárias. Na psicanálise, o corpo foi sempre afirmado sobretudo como corpo sexual e, como tal, foi concebido na compreensão de como nos tornamos seres individuais. Mas o modo de o vivenciar mudou, como podemos constatar no quotidiano pelo aumento de diferentes formas de disforia, pela preocupação com a aparência física ou pelas inscrições que marcam a superfície da pele.

Temos como pano de fundo três tipos de dinâmica em que o corpo se impõe, mesmo que, por vezes, o faça pela sua ausência.

Refiro-me a pessoas que, não se identificando com o género que lhes foi atribuído, querem mudar de sexo; pessoas que, não se identificando com o género que lhes foi atribuído, não pretendem mudar o seu sexo; e pessoas que, por diferentes razões, fazem os possíveis por ignorar a existência do seu corpo.

Todos estes casos são indivíduos não enquadrados nos padrões comuns de género

e/ou de identificação sexual. O que nos ocupa é o interesse pelas diferentes formas de sentir, organizar e pensar a experiência corporal e a articulação entre o corpo, o género e a sua origem, uma vez que, em cada ser humano, sexo e género são vivenciados e articulados na dinâmica interna, como qualquer outra experiência de vida ou elemento identitário.

ANATOMIA, CASTRAÇÃO E GÉNERO

A anatomia foi concebida como diferenciadora, constituindo um marcador para a atribuição identitária. Este primeiro diferenciador instituiu-se inicialmente como uma espécie de promessa de destino ao separar macho/homem de fêmea/mulher. Ao mesmo tempo que opõe homem e mulher, também estabelece a coincidência de macho e homem e de fêmea e mulher.

A fantasia infantil da castração derivada da ideia de que existe um só sexo teve um enorme impacto no discurso psicanalítico apreendido pelo meio social. Esta construção goza de uma perenidade surpreendente, pois a reencontramos nas fantasias inconscientes dos adultos. Isso dever-se-á, em parte, ao facto de o conceito, por fazer parte daqueles conteúdos, individuais e culturais, ao mesmo tempo estranhos e familiares, ser tão

facilmente compreensível e inquestionável. O impacto visual que se impõe à criança, dando origem à angústia de castração, mostra também ter uma grande eficácia simbólica. Daqui, resultou uma profusão de escritos dedicados à reação à diferença anatômica como natural e outros tantos recusando esse impacto. As imposições de ordem cultural seriam as forças que pressionam no sentido de manter as diferenças de gênero. A necessidade de as manter ligadas a configurações corporais tendentes a «naturalizar» diferenças sexuais e de gênero coincidentes com diferenças anatômicas é também o que permite a oposição binária.

A CONSTRUÇÃO CULTURAL DO GÊNERO E O FALO COMO OPERADOR SIMBÓLICO

Desde os trabalhos de Butler (1990/2010) sobre o gênero, expandiu-se a ideia de que este não só não é natural como também tem um caráter performativo, exigindo repetição ritual. Sendo frágil, manter-se-ia por obra de uma cultura impositiva que pretende sublinhar a desigualdade de gênero, indubitavelmente assente num poder fálico. Não se trataria então apenas de distinguir, mas também de hierarquizar. Glocer Fiorini (2017), buscando uma reconceptualização da diferença, mostra como esta é vista de forma hierarquizada, apesar de sublinhar a polissemia do termo «diferença».

A conceção do poder fálico sofreu reformulações importantes. Mas estas não se difundiram com a mesma facilidade que as teorias anteriores. Muitos dos teóricos que trabalham questões de gênero baseiam-se apenas em autores clássicos.

Lacan alterou de modo importante a noção de falo e de poder fálico na sua relação com o órgão masculino. Este poder simbólico conferido aos seres dotados de pênis foi separado do órgão e é visto como um operador simbólico, podendo ser atribuído a qualquer indivíduo, mas durante a infância sendo exercido mais pela figura materna do que pela figura paterna (Lacan, 1966/1999). O falo, como operador simbólico, define as diferenças entre os sexos, regula os papéis sexuais e o desejo, mas não está intrinsecamente ligado ao órgão masculino. Assim, vemos Butler (1993/2011) falar do falo lésbico.

Discernir entre o órgão masculino e o poder simbólico trouxe uma maior liberdade para pensar as questões do corpo e do seu valor subjetivo e simbólico, do sexo e do gênero, do masculino e do feminino e das organizações trans.

Não se trata apenas de uma nova visão do poder fálico e sim de uma tentativa de reconfigurar dinâmicas de compreensão do sexo, do gênero e das relações de que temos notícia no meio social e nos nossos gabinetes.

O FEMININO, AS MULHERES PSICANALISTAS E A ANCORAGEM NO CORPO

A conceção de que o feminino se afirmaria pela sua materialidade corpórea teve grande importância nos discursos feministas. Na psicanálise, encontramos-la, logo nos primeiros tempos, em Karen Horney (1932/1981) ou em Helen Deutsch (1943/1962). Horney afirmou, a propósito do impacto da inveja do pênis no desenvolvimento feminino: «Nos rapazes da mesma idade, encontramos expressões paralelas sob a forma de desejo de possuir seios ou de ter um bebé. Em nenhum dos dois sexos estas manifestações têm influência sobre o comportamento da criança considerada como um todo. Um rapaz que deseja com veemência ter seios como a mãe pode ao mesmo tempo comportar-se com uma autêntica agressividade de rapaz. A menina que olha com admiração e inveja os órgãos genitais do irmão pode simultaneamente comportar-se como uma verdadeira mulherzinha» (1932/1981, p. 155). A autora apercebe-se de como uma criança muito pequena desejaria ter todas as experiências e poderes que cobiça nas figuras adultas e nos pares do outro sexo. Mas com este passo, também elimina a coincidência e a centralidade da configuração corporal na definição de masculinidade ou de feminilidade.

Deutsch (1943/1962), a propósito da conceção da existência de um só sexo com base na configuração anatômica, afirma que as meninas têm conhecimento dos seus órgãos sexuais com base não na configuração exterior, mas nas sensações do interior do corpo. Contudo, ao salientar a importância da maternidade na definição da identidade feminina, sublinha também a importância do corpo como base material para a definição do feminino, ao mesmo tempo que liga feminino e materno.

Em muitos aspetos, olhado a partir da atualidade, este procedimento parece ser paralelo à valorização do pênis e sua equivalência ao falo no sentido de obter, para o simbólico, uma ancoragem ao material. Ambos, masculino e feminino, se desenvolveriam a partir de uma base material a que se acrescentariam diferentes poderes simbólicos.

RETORNO AO DEBATE SOBRE O CORPO

Os trabalhos de John Money nos anos 50 com indivíduos intersexo introduziram pela primeira vez a designação de gênero e estabeleceram a diferenciação clara entre sexo e gênero, a qual só veio a expandir-se décadas mais tarde. Money (1973) observou em indivíduos intersexo o desenvolvimento de uma identidade de gênero, pelo menos em aparência, em concordância com o modo como tinham sido educados e não em concordância com o seu corpo. Contudo, a partir das suas experiências, também não foi possível resolver o conflito entre natureza e cultura.

Com a publicação de *Problemas de Género*, Judith Butler (1990/2010) desenvolveu a teoria do género enquanto performance, ou seja, enquanto construção cultural, afastando novamente a ideia da importância da base material do corpo. Foi preciso mais algum tempo para que novamente Butler (1993/2011) viesse declarar que a materialidade do corpo importava na construção de uma identidade, incluindo a de género. «Falar [...] dos corpos que importam não é um mero jogo de palavras, pois ser material significa materializar, logo que o princípio dessa materialização seja precisamente o que “importa” desse corpo, a sua própria inteligibilidade. Neste sentido, conhecer a significação de alguma coisa é saber como e por que razão alguma coisa “importa” se considerarmos que importar significa ao mesmo tempo “materializar” e “significar”» (Butler, 1993/2011, p. 7).

Não se pode atualmente pensar um corpo que não seja um objeto material e, ao mesmo tempo, um objeto simbólico; que não seja um objeto e um agente de desejo e de projeção do contexto circundante, sobretudo dos objetos primários (Lemma, 2011; 2015), que por essa via são coconstrutores do corpo, assim como do ser. Lemma chama a atenção para a projeção do desejo materno sobre o corpo infantil, tal como Stoller (1976) já havia intuído. Ambos mencionam o desejo materno e o modo como o corpo infantil é espelhado, o que dará origem ao modo como o corpo é vivido e fantasiado.

VIVÊNCIAS CORPORAIS TRANS

Na atualidade, as conceptualizações sobre o corpo e a sua importância na dinâmica psíquica e relacional não se limitam às configurações e fantasias a ela atinentes; são bastante mais complexas, quer nos debruçemos sobre o discurso científico, quer nos foquemos nas vivências comuns dos seres humanos.

Leslie Feinberg (1993/2003), numa sua novela, ao definir-se como um «ele-ela», não sublinha a anatomia, embora esta esteja presente nas interações sociais. Parece tratar-se de uma forma «híbrida» de ser, para usar a designação de Halberstam (1998). Colocando a questão do género no plano relacional, Halberstam menciona o caso de Mario Martino, que não considera a sua relação com Becky uma relação lésbica dado o modo como se relacionam, pondo de parte a questão física: «Tu e eu não somos lésbicas, relacionamo-nos como homem com mulher, mulher com homem» (Mário Martino, 1977 *apud* Halberstam, 1998, p. 154).

Não é unívoca a relação entre o corpo e o género e entre a relação de objeto e o género. O que define uma relação lésbica costuma ser o facto de ela ocorrer entre duas mulheres; ou melhor, entre duas fêmeas. Mas embora anatomicamente sejam as duas fêmeas, só uma

se sente mulher, e, portanto, a outra, vendo-se como masculina, não se sente no lugar de mulher. Dever-se-á definir a relação lésbica a partir da identidade de género ou a partir da anatomia?

Nos casos mencionados, não é equacionada a questão da não coincidência entre o corpo e o género. É como se a não conformidade não levantasse nenhum constrangimento, como se não houvesse sentimento de inadequação ou de incómodo pela exposição aos olhares dos outros.

OBSERVANDO A PARTIR DA CLÍNICA

A clínica contradiz a banalização que por vezes encontramos nas novelas, até porque assistimos em muitos casos a uma luta pela aceitação, quer ela seja feita através da reivindicação política, quer através da intervenção cirúrgica sobre o sexo.

COM NECESSIDADE DE MUDAR DE SEXO

Nestes casos, é dada uma grande importância à materialidade do corpo. A necessidade de modificação corporal terá funções diversas: uma é voltada para o exterior e tem, em aparência, primariamente um carácter eminentemente relacional: os outros veem um indivíduo «marcado» como feminino ou masculino, sempre de acordo com os pressupostos da organização cultural binária. A sua fantasia, que não se adequa ao corpo olhado pelos outros ou olhado ao espelho pelo próprio, conduz a reações de estranheza e repúdio no próprio, como se aquele corpo lhe não pertencesse. Assim, a intervenção cirúrgica tem também a função de adaptar o corpo à sua identidade subjetiva, que deste modo é confirmada pelos circundantes. Sempre dentro de uma cultura binária de género, o transexual deixa de se sentir o ser abjeto para passar a um sentimento de adequação constitutivo da coesão identitária, obtido a partir do reconhecimento pelo outro (Butler, 1990/2010).

Há, portanto, uma circularidade que se estabelece entre o olhar do outro e a fantasia do próprio, que gera uma dinâmica de retroalimentação. O olhar do outro, sobretudo do objeto primário, pode ser organizador ou, pelo contrário, provocar sentimentos de disrupção (Lemma, 2011). Outros autores salientam, primariamente, a insuportabilidade da visão de um corpo que é sentido como não conforme e que, por isso, provoca no próprio sensações de desrealização (Gozlan, 2015). Nestes casos, o que rege a motivação para a cirurgia de reatribuição é o facto de ser insuportável para o próprio indivíduo o olhar-se e ver-se outro. Neste modo de funcionamento, parece ser fundamental para a organização do sujeito o corpo material, que ao ser olhado é também investido de um simbolismo social que confere um lugar e uma certeza ao sujeito.

SEM DESEJO DE MUDAR DE SEXO

Nos casos que são retratados nas novelas acima mencionadas, sobretudo as personagens que sendo fêmeas se percecionam no masculino, vemos um posicionamento semelhante aos dos indivíduos trans, que, na atualidade, não pretendem mudar o corpo, como se este fosse irrelevante. Frequentemente, desenvolvem papéis de gênero masculinos próximos dos estereótipos sociais, afirmando-se, todavia, não binários. Esta organização dinâmica pareceria não ter grandes implicações, mas não é o que constatamos na clínica. Dentro do nosso contexto cultural, dificilmente um indivíduo com estas características não se confrontará com o funcionamento binário. Este é um pressuposto básico que não se revela, a menos que não esteja presente, e isto mesmo é o que acontece com estes indivíduos, que provocam nos outros um sentimento de estranheza ou vivem eles mesmos sentimentos de estranheza resultantes do tratamento de acordo com a sua aparência pouco definida.

Não se colocará nesta dinâmica a questão da presença ou ausência de uma parte do corpo que, em si, parece não ser motivo de desejo. Contudo, a oposição entre o masculino e o feminino subjaz a outros elementos culturais, como a linguagem ou a hierarquização identitária, que é impossível não perceber. É como se o elemento básico organizador da nossa cultura não fosse percecionado ou fosse repudiado. Contudo, ele é apoderado, repetido, agido através do gestual, das roupas, vivido nos interesses. É aqui que parece justificar-se a noção de masculinidade feminina (Halberstam, 1998), com um desenraizamento do corpo.

Alguns autores colocam os indivíduos transgênero numa posição definida pela transitoriedade, como se estivessem a caminho da transexualidade; outros consideram a possibilidade de oscilação do gênero entre polos referenciais (masculino e feminino) ao longo da vida (Goldner, 2011). Mas como Halberstam nota, «o desejo, o gênero e a sexualidade tendem a ser notavelmente rígidos» (1998, p. 147). O ideal de fluidez do *self* levanta a questão de saber se será sempre desejável ou mesmo possível: «não navegamos necessariamente para trás e para a frente entre papéis sexuais e práticas à vontade, tendemos a mudar no que respeita aos corpos, desejos, transgressões e conformidades, mas tendemos a ajustar-nos, acomodar-nos, deslizar entre humores e modos de desejar» (*ibidem*). Em que ponto é que a fluidez do *self* se transforma em dissipação dos limites ou fragmentação? O que pode sustentar uma identidade móvel, mantendo-a ao mesmo tempo coesa e reconhecível pelos outros?

Trata-se de um equilíbrio frágil. Se atentarmos à dinâmica inconsciente destas subjetividades, encontramos uma tentativa de manter uma união

do masculino e do feminino, de modo a anular o binário. Não se trata de manter polos entre os quais se oscilaria, mas de obter uma espécie de equilíbrio fantasmático em torno de uma cena primitiva ideal, sem diferenciação ou conflito. Esta dinâmica organizativa choca com a possibilidade de espelhamento e de continuidade perante a organização binária externa. Trata-se, portanto, de uma posição de grande vulnerabilidade e que seria ameaçadora em relação ao contexto social, o qual não tem como clivar e classificar um ser que, não se organizando de forma binária, pode constituir-se como alvo de abjeção (Kristeva, 1982; Butler, 1990/2010). Contudo, estes indivíduos, preferindo o tratamento neutro ou no masculino, podem ser vistos como um elogio ao masculino.

COM NECESSIDADE DE IGNORAR

O CORPO

Outra dinâmica é a dos indivíduos atingidos por sofrimento físico precoce devido a doença grave. A dor pode também ser um organizador identitário, uma vez que define limites. Mas nestes casos, o contacto corporal com os objetos primários ou o contacto com o corpo próprio não é contínuo, muda de estado muito facilmente em razão da doença e da centração na dor. Quando a doença leva à perda de consciência, e com isso da continuidade da vivência do corpo, então pode dizer-se que a criança fica precocemente exposta à pulsão de morte, na maioria das vezes sem a proteção eficaz das figuras parentais. Os cuidadores não se sentem capazes de evitar estados ansiosos, que a criança também não está em condições de elaborar, e, por isso, arrisca ficar sufocada pela ansiedade, medo e dor física. Estes são indivíduos que na adultícia rejeitam o corpo com as suas necessidades (impulsos, frio, calor, fome, etc.) e tudo aquilo que faz de um corpo um organismo vivo, mas também vulnerável.

A rejeição não advém da anatomia sexual, que tende a ser encarada com desinteresse. Liga-se antes ao evitamento da fragilidade do corpo, que traz consigo a sensação de impotência e de proximidade da morte. Com tudo isto, vem também a anestesia do desejo, a dificuldade de vivenciar as emoções e sobretudo a dificuldade de reconhecer a dependência em relação aos outros, a começar pelos pais, cuja influência é recusada. A par da rejeição do corpo, sentido como estranho, há a rejeição dos elos de ligação aos que lhe deram origem, tornando-se a cena primitiva impensável. Alguns destes indivíduos, sentindo o corpo e o sexo como um empecilho, apresentam também uma dificuldade de inserção clara nos papéis de gênero, não porque se sintam de outro sexo, mas porque se formam ambiguidades na definição dos papéis de gênero, que confundem os outros e dificultam a relação e o posicionamento no meio social. Estes

indivíduos não colocarão exatamente a questão do género ou do binarismo, mas mostram uma dificuldade de organização de um *self* que por isso é reconhecido pelo próprio como estranho, e, por vezes, confundido e enquadrado nas disforias de género. Parece haver uma aparentemente precoce apreensão inadequada de papéis de género, que confunde o outro e é vivida pelo próprio com constrangimento.

REFLEXÃO E CONCLUSÕES A PARTIR DAS DINÂMICAS EXPOSTAS

Não encontramos nas teorias inicialmente expostas a ancoragem suficiente que nos permita a compreensão de qualquer destas dinâmicas. Na verdade, verifica-se que as referências ao falo, às angústias de castração e, no geral, à anatomia sexual parecem demasiado esquemáticas para abarcar estas formas de organização. A conceção de corpo subjacente a estas teorias baseadas na fantasia de castração põe de parte o enfoque no polimorfo (Freud, 1905/1953). Mas tendo em conta as características de certos sujeitos trans, temos de nos debruçar sobre este corpo que mais facilmente nos permite compreender os indivíduos que não põem o corpo no primeiro plano como referente identitário, ou mesmo naqueles que o rejeitam devido a doença física precoce.

O contacto corporal entre a criança e o adulto, no período em que os limites do corpo infantil, assim como os seus impulsos, estão ainda suficientemente indefinidos para serem passíveis de uma influência intensa, assume uma enorme importância devido aos conteúdos que veicula e às experiências que propicia. Não podemos pensar a ligação entre o corpo e o género sem pensar nesse período precoce, até porque os trabalhos de Fast (1999) situam a definição de um género entre os 18 e os 24 meses de idade, numa altura em que não se coloca ainda nenhuma questão relativa à configuração anatómica.

Laplanche (1993) desenvolveu a teoria de que o adulto envia mensagens inconscientes à criança, implantando-lhe uma sexualidade que, por se afigurar enigmática, ela tem de traduzir. A mãe provoca muitas sensações corporais no bebé que são marcas de prazer ou de dor, as quais despertam a sexualidade e criam o corpo erótico. Mas mais do que isso, a mensagem que a criança escuta vinda do inconsciente do adulto implica uma atividade de tradução que cria um corpo e um inconsciente sexual.

Lemma (2011) mostra também uma fantasmática que se elabora na relação precoce, por imposição do desejo e fantasias maternas, que terá implicações na vivência do corpo como base identitária. Não se trata apenas da sexualidade, ainda que esta tenha de ser compreendida no contexto do erotismo precoce de características

polimorfas. Nesta altura de indiferenciação de pulsões e limites, a intensidade das trocas entre a criança e a mãe propicia a distinção entre o corpo biológico e o corpo erótico. Este último ultrapassa a materialidade concreta para adquirir características subjetivas e simbólicas. Dejours (2019) também lhe chama «segundo corpo», resultante da «subversão libidinal» da ordem biológica. Este corpo, que adquire a capacidade de se experimentar a si próprio, formar-se-á por apoio anaclítico (Freud, 1905/1953). Todavia, em Dejours, este processo é alargado aos jogos de experimentação que, abrangendo todas as zonas do corpo, permitem o nascimento do segundo corpo. Este, que não existiria sem o corpo fisiológico, enquadra-se numa nova conceptualização, já que não se forma apenas a partir das moções pulsionais, mas da interação precoce com os cuidadores primários.

Assim, o apoio anaclítico torna-se num conceito relacional em que a libidinização das zonas erógenas se desenvolve a partir dos cuidados corporais prestados pelos objetos de amor primários. Nos jogos interativos que se estabelecem, participam criança e adulto e, portanto, neles está comprometido o adulto com todo o seu corpo, o qual a criança também manipula e que é atravessado pela sexualidade inconsciente. O corpo infantil é então influenciado pela sexualidade inconsciente do adulto desde a origem do ser. É esta influência que emancipa o corpo infantil do jugo fisiológico, mas que, sendo excessiva, pode resultar traumática, e, por isso mesmo, manter uma acentuada predominância do corpo somático. A imposição excessiva da sexualidade inconsciente, da angústia ou da dor pode tornar-se igualmente traumática por impossibilidade de elaboração e por vezes de evacuação.

Retornando à clínica, apercebemo-nos de uma ideia quase generalizada de que estas problemáticas e vivências se organizaram muito precocemente, ou sempre se manifestaram deste modo. Assim, muitas vezes se naturaliza a relação entre o corpo e o género, no sentido de lhe conferir uma base corporal.

Mas há diferenças dinâmicas importantes. Em alguns casos em que houve doença grave precoce, encontramos a predominância de mecanismos evaquativos. Noutros, surge uma tendência para recusar a presença do corpo nas vivências quotidianas com o próprio e os outros. Nestes, só secundariamente parece terem-se configurado questões de género, como uma espécie de epifenómeno, devido à dificuldade da organização de limites definidos e da relação corpo a corpo, que pode ser sentida como invasiva.

Nos casos em que logo no primeiro plano são colocadas questões de género, mas sem o desejo de modificação corporal, embora não se encontre doença grave, o corpo é rejeitado com

base na ideia de que a definição de género constitui uma imposição e um constrangimento na vida quotidiana e na relação íntima. Este é um corpo de que não se fala sem dor, mas que é usado na relação, mais em trocas afetivas do que em trocas sexuais. Descobre-se por vezes um ou mesmo vários eventos vivenciais, que poderão ser vistos como traumáticos e em que o outro desempenha sempre um papel relacional importante. Pode até tratar-se do objeto primário e do sofrimento deste objeto, que se tornou traumático para o sujeito.

Estes dois grupos têm dinâmicas semelhantes dado que ambos tendem a excluir o corpo. Contudo, naqueles em que houve traumatismo físico precoce, este torna-se central e toda a vida de relação é afetada por isso. Quando o corpo é rejeitado enquanto marcador de género, ele não fica vedado à relação.

É naqueles casos em que os sujeitos pretendem mudar a sua anatomia que as questões de género são mais claramente definidas. O problema que começa com um mal-estar e uma rejeição do corpo torna-se progressivamente mais definido e circunscrito à necessidade de mudar a anatomia de acordo com a vivência subjetiva e fantasmática do género.

É evidente que os corpos que precocemente se organizam sobre o soma estão em permanente interação com o contexto de vida de todos os seres humanos e de cada um em particular. É notório o empenho que hoje se coloca na modelação dos corpos e na construção de uma imagem externa de poder e de perfeição, tão contrastante com as perturbações das vivências corporais e das agressões sobre a sua superfície. Na idade adulta, assistimos a uma interferência dos padrões culturais sobre o corpo e às vivências individuais e fantasias sobre ele. Na primeira infância, a influência sobre o corpo e a sua construção é feita pela interação com os cuidadores durante a prestação de cuidados.

A clínica sublinha-nos o carácter eminentemente relacional da construção do erotismo, da fantasia e das configurações do corpo e do género. Por isso, existem enormes variações entre indivíduos e mesmo em alturas diferentes num mesmo indivíduo, nem todas muito evidentes, que exigem um cada vez maior aprofundamento desta vasta problemática. As histórias de vida, entendidas do ponto de vista relacional e subjetivo, também sublinham como as influências nestas construções são múltiplas, complexas, subtis e frágeis. 

ABSTRACT

The author relates the role of the body in the organization and cohesion of identity based on the dynamics and subjectivity of three types of cases in which questions of gender or the adequacy of the self arise: individuals who want to change their sex, individuals who, not identifying with their assigned gender, do not want to change sex, and individuals who, having suffered from an early serious illness, seek to devalue their bodies. Some ways of understanding the relationship between the body and gender are discussed, as well some questions about gender fluidity.

KEYWORDS: body; gender; trans.

REFERÊNCIAS

- Butler, J. (2010). Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade. Civilização Brasileira. (Original publicado em 1990.)
- Butler, J. (2011). *Bodies that matter: on the discursive limits of "sex"*. Routledge. (Original publicado em 1993.)
- Deutsch, H. (1962) *La Psychologie des Femmes, Tome I Paris PUF*.
- Dejours, C. (2019). *Les deux corps: Le corps biologique et le corps érotique*. Apresentação na Annual Conference of the Fédération Européenne de Psychanalyse, 30 de março a 1 de abril, Madrid.
- Fainberg, L. (2003) *Stone Butch Blues*. Firebrand Books. (Original publicado em 1993.)
- Fast, I. (1999). Aspects of core gender identity, *Psychoanalytic Dialogues*, 9 (5) : 633–661. Doi: 10.1080/10481889909539349
- Freud, S. (1953). Three Essays on the Theory of Sexuality. *Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud*, vol. 7 (pp.123–146). Hogarth Press (Original publicado em 1905.)
- Glocer Fiorini, L. (2017). *Sexual Difference in Debate: Bodies, Desires and Fictions*. Karnac Books.
- Gozlan, O. (2015). *Transsexuality and the Art of Transitioning*. Routledge.
- Goldner, V. (2011). Trans: Gender in Free Fall. *Psychoanalytic Dialogues*, 21(2), 159–171.
- Halberstam, J. (1998). *Female masculinity*. Duke University Press.
- Horney, K. (1981). *La négation du vagin. La psychologie de la femme*. PBP. (Original publicado em 1932.)
- Kristeva, J. (1982). *The powers of horror, An essay on abjection*. Columbia University Press.
- Lacan, J. (1999). *Écrits II*. Editions du Seuil. (Original publicado em 1966.)
- Lemma, A. (2011) *Under the Skin: A psychoanalytic study of body modification*. Routledge.
- Lemma, A. (2015). *Minding The Body : the body in psychoanalysis and beyond*. Routledge.
- Money, J. (1973). Gender role, gender identity, core gender identity: usage and definition of terms. *Journal of the American Academy of Psychoanalysis*, 1(4), 397–402.
- Stoller, R. (1976). *Sex and Gender: The Transsexual Experiment*. Jason Aronson.